

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2007**  
**(Do Sr. Flávio Bezerra)**

Dispõe sobre a apresentação de plano de viagem por embarcações motorizadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a apresentação de plano de viagem por embarcações motorizadas que trafeguem em águas sob jurisdição brasileira.

Art. 2º É obrigatório, a toda embarcação motorizada, de natureza comercial, que pretenda trafegar em águas sob jurisdição brasileira, a apresentação prévia, à autoridade marítima, do respectivo plano de viagem.

§ 1º O plano de viagem deve ser preenchido em língua portuguesa, de forma legível e precisa, pelo comandante da embarcação, e deve conter o trajeto a ser percorrido, locais de atracação e data provável de retorno.

§ 2º O comandante da embarcação responsabiliza-se pela veracidade das informações constantes do plano de viagem.

§ 3º O plano de viagem deve permanecer a bordo durante todo o transcurso da viagem.

§ 4º Qualquer alteração do plano original deve ser registrada e justificada pelo comandante da embarcação.

§ 5º A autoridade marítima pode dispensar a solicitação repetida de autorização para viagens regulares e com trajeto fixo.

Art. 3º Sem prejuízo de outras cominações legais, a não apresentação do plano de viagem, ou sua alteração injustificada, é considerada infração, nos termos da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, e da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e normas regulamentadoras.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

## **JUSTIFICAÇÃO**

As aeronaves, para terem autorização de vôo, devem apresentar, previamente, um plano de vôo, que contém as informações necessárias à sua localização, em qualquer tempo. Em caso de qualquer anomalia, ou mesmo o desaparecimento da aeronave, é possível rastrear, com certa margem de certeza, a área de sua localização.

O mesmo não ocorre com as embarcações, que atuam livremente nas águas jurisdicionais brasileiras, sem qualquer controle. Não raro, vemos notícias sobre a atuação de barcos piratas, ou a prática da pesca clandestina, até mesmo por embarcações estrangeiras.

O propósito deste projeto de lei é justamente assegurar que as autoridades marítimas tenham algum tipo de controle sobre as embarcações, na forma de um plano de viagem. Contamos, pois, com a sua rápida aprovação pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2007.

Deputado FLÁVIO BEZERRA